

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária realizada no dia 30 de Abril de 2015 -----

----- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e quinze, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e Liliana dos Santos Carapinha eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta assembleia os seguintes deputados municipais: Ana Paula Agostinho Matias, Marco António Heleno Domingos da Silva, António Júlio Lopes Pereira, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, Miguel Ângelo Félix Miranda, Pedro Miguel Victor da Piedade e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Luís Miguel Sá Pereira e Ana Margarida do Céu, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho, Paulo Duarte Sardinheiro e Maria Domingas Caldeira Cabral de Mendoça, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores João Pedro Costa Arraiolos eleito pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, eleito pelo Partido Socialista (PS) e Francisco José Saturnino Cunha eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT); -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Discussão e votação da ata da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2015. -----

----- **Ponto 2** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto 3** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 20 do Regimento. -----

----- **Ponto 4** - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas do ano de 2014. -----

----- **Ponto 5** - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Municipais da LT_SRU Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT). -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão eram vinte e uma horas e vinte e quatro minutos, começando por cumprimentar todos os presentes e informando que estão ausentes os deputados Henrique Santana, João Osório, Celestino Brasileiro, João Pedro Silva, Miguel Ângelo Lopes Eusébio, Hélia Bernardes, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV) e que pediram a suspensão do mandato e foram substituídos nesta sessão por Liliana Carapinha, António Júlio Lopes Pereira, Miguel Ângelo Félix Miranda e Pedro Miguel Victor da Piedade, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV). Ausente e com pedido de suspensão do mandato, o deputado Mário Santiago da bancada do Todos Por Alpiarça -(PPD/PSD-MPT) que foi substituído nesta sessão por Maria Domingas Mendonça, da mesma bancada. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, começando por dar a palavra ao munícipe Alfredo Gilberto Desterro, que veio perguntar em que situação se encontrava o processo de reabertura de um caminho público em Vale de Tojeiros que dá acesso a várias propriedades privadas, caminho esse que foi vedado há vários anos por um munícipe, mas cuja reabertura já tinha sido acordada no Tribunal de Almeirim, comprometendo-se a Câmara Municipal de Alpiarça a efetuar algumas obras na propriedade do munícipe que vedou o espaço. Como essas obras continuam por fazer, o munícipe veio solicitar que a Câmara tome as providências necessárias para as fazer, e que proceda à remoção de um portão que impede o livre acesso dos outros proprietários às sua propriedades, de forma a dar por concluídos os trâmites do acordo. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e em resposta à solicitação do munícipe, disse que tal como já havia sido dito anteriormente, tem havido dificuldade em termos financeiros e de disponibilidade de pessoal por parte da autarquia, por forma a realizar as obras acordadas em tribunal. Prevê que durante o decorrer do ano em curso a câmara possa cumprir com o acordado em tribunal. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu início a este período. -----

----- Paulo Sardinheiro usou da palavra no sentido de reforçar o pedido aqui feito pelo senhor munícipe Alfredo Desterro e apelou a que a Câmara Municipal pudesse reabrir rapidamente o referido caminho público. Relativamente ao ensino do

Mandarim pediu que fosse reforçado o empenho do Executivo, no sentido de ser posta em prática uma proposta apresentada pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, tendo em conta que a nível nacional há apoios governamentais e acordos estabelecidos com várias escolas para a prossecução do ensino dessa língua, opinou que Alpiarça pode e deve aproveitar esses apoios e promover o ensino do Mandarim na nossa terra. -----

----- Ana Margarida Céu questionou qual o tipo de contrato que foi estabelecido com a empresa Renoldy quando esta se instalou em Alpiarça, que contrapartidas houve, com o que é que a empresa se comprometeu e durante quanto tempo. -----

----- Fernando Ramalho questionou para quando estava prevista a resposta ao requerimento feito pela bancada do PS há umas sessões atrás, sobre a transferência de verbas da câmara para a secção cultural do Clube Desportivo «Os Águias». Chamou a atenção também para o assunto aqui foi trazido pelo senhor município Alfredo Desterro, opinando que o acordo que foi feito em Tribunal, tem a força de uma sentença e que tem um prazo para ser cumprido e não é comparável com qualquer obra que esteja por fazer no concelho. Sobre a empresa Renoldy e o encerramento definitivo da fábrica do leite em Alpiarça, opinou que sem estar a atribuir culpas a ninguém, parece que Alpiarça está a chegar aos níveis de 1997, em termos de empregabilidade e desenvolvimento. Questionou também se o Sr. Presidente da Câmara já reuniu com a SONAE e com outras entidades e instituições para perceber as razões e opiniões destas relativamente ao encerramento da fábrica de leite da Renoldy.

----- Miguel Sá Pereira reforçou o pedido efetuado pela deputada Margarida Céu relativamente ao protocolo estabelecido com a Renoldy e opinou que há um sentimento de abandono por parte das pessoas despedidas, parecendo que em 2009 tudo se fez para que a fábrica não fechasse e que agora parece não ter havido o mesmo tipo de empenhamento. Perguntou ainda o que acontece ao terreno que foi cedido pela câmara, na altura da construção da fábrica, se a mesma for vendida. -----

----- Ana Paula Matias usou da palavra para falar sobre a Renoldy e opinou que este Executivo tem feito o possível e o impossível para que a fábrica Renoldy não encerrasse. Perguntou o que é que os governos PS e PPD/PSD-CDS fizeram ou têm feito para evitarem o encerramento de fábricas e empresas por esse país fora, que lançam milhares de trabalhadores, às vezes famílias inteiras no desemprego, seguindo a lógica

da austeridade a mando da Troika? Disse que nunca se viu em lado algum a condenação de qualquer Executivo municipal pelo encerramento de empresas como se agora está a assistir em Alpiarça. Considerou que é injusto, que não é sério dizer que o Executivo CDU nada tem feito para impedir o encerramento da fábrica e que os anteriores Executivos tudo fizeram. Considerou que os trabalhadores não estão abandonados, que se há forças políticas que têm estado ao lado dos trabalhadores da Renoldy, são a CDU e o PCP e que dos outros partidos é que nunca viu lá ninguém. Considerou que há forças políticas a servirem-se dos trabalhadores, para fazerem disto uma batalha político-partidária e uma batalha de ódios. Considerou esta desunião lamentável, pois considera que em sua opinião é do interesse do PCP e do PS que a fábrica se mantenha aberta e não é justo todo o aproveitamento que está a ser feito da situação. -----

----- Concluídas as intervenções dos vários deputados o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às várias interpelações. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que iria procurar responder sucintamente às questões colocadas pelos senhores deputados municipais. Começando pelo deputado Paulo Sardinheiro, disse que a câmara municipal não aprovou qualquer proposta sobre o ensino do Mandarin em Alpiarça, porque isso é uma competência curricular do Ministério da Educação e o que o Sr. Presidente da Câmara se comprometeu foi a encaminhar essa proposta para a Direção da Escola que depois se o assim o entender o levará ao Conselho Pedagógico. O que aqui está em causa é um projeto piloto que envolve 20 escolas e que partiu do Governo e a proposta apresentada pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) era uma proposta em que a câmara de Alpiarça, não se sabe bem como, custearia o ensino do Mandarin e isso a câmara nunca fará, porque é uma competência do poder central. -----

----- Sobre a questão colocada pela deputada Ana Margarida Céu o Sr. Presidente da Câmara disse que tinha consigo o Protocolo estabelecido com a Renoldy, que o faria chegar às bancadas e que o documento embora com uma estrutura bastante simples é bastante claro sobre a indemnização que a câmara terá de receber em caso de venda da empresa, uma vez que os lotes de terreno na zona industrial foram disponibilizados

à empresa quase a custo zero e que já foi feita uma reunião com os representantes da Renoldy onde essa questão foi claramente abordada. -----

----- Sobre a questão colocada pelo deputado em relação às transferências da câmara para a secção cultural do Clube Desportivo «Os Águias», o Sr. Presidente da Câmara disse que já foram encontradas as transferências efetuadas pela câmara para a secção cultural, coisa que não acontecia habitualmente, pois as transferências eram e são feitas para a direção do clube que as faz chegar às respetivas secções. Quanto às obras de reposição do caminho público aqui referidas pelo munícipe senhor Alfredo Desterro, o Sr. Presidente da Câmara disse não concordar com a visão do deputado Fernando Ramalho que se trata de uma condenação, mas sim de um acordo judicial que terá de ser cumprido. Relativamente à situação que agora aconteceu com a Renoldy, o Sr. Presidente da Câmara concorda que houve algumas semelhanças com o que aconteceu em 2009, em que se conseguiu adiar o encerramento da fábrica, mas que atualmente, apesar de todos os esforços, a decisão da administração foi a de encerrar a fábrica. O que a câmara de Alpiarça agora fez foi muito semelhante ao que foi feito em 2009, contactando o Governo Português através do Sr. Ministro da Economia e fazendo reuniões com várias entidades nacionais ligadas à empresa. Sublinhou que os trabalhadores da Renoldy nunca se sentiram sozinhos, nunca se sentiram abandonados e que foram acompanhados pelos seus sindicatos, pelo PCP e pela Câmara Municipal. -----

----- Em relação ao pedido de Miguel Sá Pereira sobre o Protocolo disse que já anteriormente tinha exposto suficientemente o assunto. -----

----- Sobre a Intervenção da deputada Ana Paula Matias disse que estava inteiramente de acordo com o que foi dito pela deputada. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período seguinte. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Discussão e votação da ata da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2015.** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pôs à discussão a presente ata. O deputado Paulo Sardinheiro elogiou a redação da ata, tem noção que é bastante extensa, porque há muito confronto político e disse compreender que a Lei remete para um resumo do essencial do que se tiver passado, mas que sessões com várias horas de

5/20

duração, resultam necessariamente em atas longas, mesmo que se tente resumir o essencial. Posta a ata à votação foi a mesma aprovada por maioria com 12 votos a favor, 8 votos da CDU-(PCP/PEV), 2 votos do PS, 2 votos do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), 4 abstenções: de Liliana Carapinha e Fernanda Garnel da CDU-(PCP/PEV), de Ana Margarida Céu do Partido Socialista (PS) e de Domingas Mendoça do (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT), que declararam terem-se absterido por não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

----- Finda a votação da ata, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conta das alterações a introduzir em duas das atas anteriormente aprovadas, depois de ter ouvido as gravações, conforme se tinha comprometido na última assembleia municipal ordinária. -----

----- **Ponto 2** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que precisou algumas das atividades da câmara, nomeadamente quanto à sua situação financeira, salientado que em 29 de Abril a dívida da câmara de Alpiarça estava reduzida em cerca de 2.750.000 euros, relativamente à situação reportada ao final do mandato que terminou em 2009. -----

----- Fernanda Garnel agradeceu ao Sr. Presidente a envolvimento da Câmara de Alpiarça na problemática com o encerramento da fábrica da Renoldy e felicitou também a autarquia alpiarcense pela iniciativa que teve no dia da árvore, com plantações de árvores na Zona Industrial com a participação das crianças das escolas do concelho. -----

----- Ana Paula Matias (CDU-PCP/PEV) apelou à participação dos deputados municipais nos eventos que integram as comemorações do centenário do concelho. Congratulou-se por mais uma iniciativa das comemorações do dia internacional da mulher. Louvou a plantação de sobreiros na zona da Barragem dos Patudos, também com a envolvimento de crianças que irão acompanhar o crescimento das árvores ao longo da sua vida. Agradeceu a Gala do Desporto que se fez em Alpiarça e fez votos para que se repita nos próximos anos. Congratulou-se com o espetáculo de encerramento das comemorações do centenário e principalmente com o filme sobre o concelho que

retrata, embora de forma sucinta, as principais atrações e infraestruturas que podem trazer visitantes e turistas a Alpiarça. -----

----- Paulo Sardinheiro perguntou se na reunião com a administração da Renoldy foi acordado o valor da indemnização à câmara municipal, em caso de venda. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara passou a responder à questão colocada pelo deputado Paulo Sardinheiro dizendo que já tinha há pouco respondido a esta questão e informou que essa questão foi discutida nessa reunião quando se verificou que era irreversível a vontade da administração de encerrar a empresa. Mais informou que o gabinete jurídico da autarquia está a estudar essa questão e a apurar os valores e que serão o diferencial entre o preço a que o terreno foi cedido, e o preço que constava na tabela de vendas de terrenos na zona industrial, respetivamente 0,25 € e 5,00 €. -----

----- **Ponto 3** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 20 do Regimento. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pôs o ponto à discussão, tendo o deputado Paulo Sardinheiro sugerido que as moções sobre a Renoldy fossem todas discutidas em simultâneo, visto que há três moções, de modo a rentabilizar os trabalhos.

----- Ana Paula Matias passou à apresentação e leitura de uma moção sobre o 41.º aniversário da Revolução de Abril. -----

----- Usaram da palavra na discussão da moção os senhores deputados Fernando Ramalho, Paulo Sardinheiro, Ana Paula Matias e Maria Gabriela Coutinho. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pôs esta moção apresentada pela bancada da CDU à votação, tendo sido aprovada por maioria, com um voto contra da deputada Maria Gabriela Coutinho (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT) que em declaração de voto disse ter votado contra, não pelo conteúdo, mas pela intenção, porque o 25 de Abril é de todos e nem os comunistas, nem outra qualquer força política, têm o direito de se apropriar desta data. Fernando Ramalho em declaração de voto disse que votou favoravelmente a moção por concordar com o seu conteúdo, opinando porém que há uma força política que se tenta apropriar do 25 de Abril e que tenta fazer crer que todos os que não comungam dos seus ideais ou da sua maneira de ver as coisas, são contra o 25 de Abril, não é assim, o 25 de Abril é de todos, e quando a força política dominante em Alpiarça perceber isso, certamente que melhorará o clima e o progresso desta terra, quando fizerem comemorações para todos e não só para alguns, aí talvez Alpiarça seja

7/20

uma terra diferente. Ana Paula Matias em declaração de voto disse que votou a moção favoravelmente porque sempre defendeu Abril e as conquistas de Abril e considerou que os comunistas não são dos que à pressa colocam um cravo na lapela para que conste e para ficarem bem na foto, mas nos restantes dias do ano espezinham Abril. Fizeram e fazem dos valores de Abril a sua luta de todos os dias e fazem o seu trabalho, com seriedade, honestidade e competência. -----

----- Ana Paula Matias pediu um ponto de ordem à Mesa para criticar a forma como o Sr. Vereador Francisco Cunha se tem estado a comportar nesta Assembleia, não só estando constantemente a falar enquanto os deputados estão a intervir, mas indo mais longe ao mostrar um cartaz com os dizeres “é mentira” enquanto o Sr. Presidente está no uso da palavra. O sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que se o Sr. Vereador Francisco Cunha não mudar o seu tipo de comportamento nesta assembleia ou que do mesmo resultem perturbações aos trabalhos o convidará a sair. -----

----- Marco Silva fez a apresentação e leitura de uma Saudação ao 1.º de Maio. -----

----- Intervenção dos deputados Paulo Sardinheiro e Fernando Ramalho que propuseram que a saudação fosse subscrita por todas as bancadas. A bancada da CDU-(PCP/PEV) concordou com as propostas destes deputados, passando a referida saudação a ser apresentada em conjunto por todas as bancadas da Assembleia Municipal. O sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a Saudação ao 1.º de Maio à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- Ana Margarida Céu passou à apresentação e leitura de um Voto de Pesar a Manuel da Conceição Raposo. Intervenção dos deputados Paulo Sardinheiro e Ana Paula Matias que propuseram que a este Voto de Pesar fosse subscrito por todas as bancadas. Fernando Ramalho concordou com as propostas, passando o voto a ser apresentado em conjunto por todas as bancadas da Assembleia Municipal. Posto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do n.º 1 do art.º 13.º do Regimento e dado já terem sido atingidas as 24:00 horas pôs à consideração do plenário o prolongamento dos trabalhos. O prolongamento dos trabalhos foi aprovado com 9 votos a favor (CDU-(PCP/PEV), 3 votos contra de: Maria Gabriela Coutinho, Paulo Sardinheiro (Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e de Liliana Carapinha (CDU-PCP/PEV) e 4 abstenções de: Fernando Ramalho, Miguel Sá Pereira e Maria Margarida do Céu (PS) e

8/20

de Maria Domingas de Mendonça (Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Em declaração de voto Maria Gabriela Coutinho disse que tinha votado contra por não concordar que se trabalhe no dia 1.º de Maio e que sempre foi contra o obrigarem-se os trabalhadores a trabalharem nesse dia. -----

----- A bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) através de Paulo Sardinheiro apresentou uma recomendação no sentido do Sr. Presidente da Assembleia Municipal interceder junto do Executivo para que o mesmo possa proceder à discussão da proposta em tempos apresentada pelo Todos Por Alpiarça (PPD/PSD-MPT) para a instalação de aparelhos de Ginástica ao Ar Livre na Zona do Complexo Desportivo dos Patudos. -----

----- Fernando Ramalho propôs uma alteração ao texto da recomendação e em vez da frase “solicita-se ao sr. Presidente da Assembleia Municipal”, passaria a constar “recomenda-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal”. Esta alteração ao texto pode conduzir a que o documento possa vir a ser votado nesta assembleia. -----

----- Fernanda Cardigo afirmou que tudo o que venha em prol da ajuda ao desporto em Alpiarça é bem vindo e que a instalação destes aparelhos não são de modo nenhum uma ideia nova e que muito antes do ato eleitoral, vários candidatos aos órgãos autárquicos, manifestaram a ideia e o desejo de instarem este tipo de equipamentos na zona do Complexo Desportivo dos Patudos e está convicta se a Câmara municipal ainda o não fez é só e apenas por falta de disponibilidade orçamental. -----

----- Marco Silva opinou que esta recomendação do Todos Por Alpiarça (PPD/PSD-MPT), não é mais do que uma proposta encapotada e como tal assim terá de ser tratada.

----- Miguel Sá Pereira afirmou que se revê nesta recomendação e que o Partido Socialista gostaria de se associar à mesma. Opinou também que deverá ser feita uma alteração ao texto para que a recomendação possa ser votada nesta assembleia. -----

----- Paula Matias propôs que não se votasse esta recomendação tal como está redigida, e opinou que para ser presente a esta Assembleia, discutida e votada terá de ser elaborada de uma forma mais séria. Tal como está , mais parece uma brincadeira. ----

----- O sr. Presidente da Câmara considerou esta proposta como desnecessária, uma vez que consta do programa eleitoral da CDU e tal como disse a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia, se os equipamentos não estão ainda colocadas é apenas e só por falta de disponibilidade orçamental da Câmara, mas está convencido que a breve prazo os

equipamentos serão instalados. Frisou ainda que é perfeitamente irrelevante esta discussão e este gasto de tempo na Assembleia pelos motivos apontados. -----

----- Fernando Ramalho afirmou que a aprovação desta recomendação não vai contra o propósito da câmara, antes pelo contrário, será um modo da Assembleia Municipal transmitir ao Executivo que vê com bons olhos a instalação deste tipo de equipamentos. Propôs que se faça uma alteração à recomendação de modo que a mesma possa ser aceite por todas as bancadas, tendo proposto o seguinte texto: “A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em sessão ordinária no dia 30/04/2015 recomenda à Câmara Municipal que instale no concelho, em local por ela a determinar, equipamentos de resistência muscular. A Assembleia Municipal de Alpiarça entende que a instalação destes equipamentos corresponde ao desejo da generalidade da população”. -----

----- Paulo Sardinheiro aceitou a proposta de alteração ao texto e que a recomendação possa ter o apoio de todas as bancadas. -----

----- Miguel Sá Pereira concorda com a proposta apresentada por Fernando Ramalho.

----- O sr. Presidente da Câmara considerou que esta proposta ou recomendação está prejudicada, porque já foi aqui assumido que a Câmara de Alpiarça tem a intenção de colocar os ditos equipamentos, a não ser que persistam dúvidas sobre aquilo que hoje foi aqui prometido pelo Sr. Presidente da Câmara, perante esta Assembleia. -----

----- Ana Paula Matias opinou que esta recomendação não estava a ser apresentada com boas intenções, bastava atentar ao teor das conversas havidas nas redes sociais. ----

----- Maria Gabriela Coutinho disse que não concordava com o teor do texto sugerido pelo deputado Fernando Ramalho, uma vez que já havia a intenção da Câmara Municipal de instalar os aparelhos de resistência muscular e que isso devia constar da recomendação. -----

----- O sr. Presidente da Assembleia Municipal pôs a recomendação à votação com as alterações sugeridas pelo deputado Fernando Ramalho e aceites pelo deputado proponente Paulo Sardinheiro e sem os anexos que eram fotocópias de conversas nas redes sociais. -----

----- A recomendação foi reprovada com 10 votos contra (CDU-PCP/PEV), 1 abstenção de Maria Gabriela Coutinho (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT) e 5 votos a favor, sendo 3 de toda a bancada do PS e 2 de Paulo Sardinheiro e Maria Domingas Mendonça (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). Declarações de voto: Paulo Sardinheiro disse lamentar que

10/20

a bancada da CDU-(PCP/PEV) tenha transformado uma coisa positiva, numa coisa negativa e que assim tenha reprovado uma simples recomendação; Fernanda Cardigo disse ter votado contra, não pelo conteúdo da recomendação, mas por todo o processo que lhe deu origem, considerando que a mesma não faz sem sentido, uma vez que é sabido e assumido que o Executivo tem intenção de levar a obra à prática; Marco Silva disse ter votado contra, por considerar também que a recomendação não faz sentido, quando, ainda por cima, o Sr. Presidente da Câmara se comprometeu perante esta assembleia, em realizar a obra; Ana Paula Matias disse ter votado contra pela forma como foi conduzida a apresentação desta recomendação e por considerar também que a recomendação não faz sentido, pois o Sr. Presidente da Câmara reafirmou aqui, mais de uma vez, que a Câmara Municipal, vai colocar os aparelhos de resistência muscular na zona do complexo desportivo dos Patudos. -----

----- O sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período para discussão e votação das moções sobre o encerramento da fábrica da Renoldy em Alpiarça. -----

----- Marco Silva em representação da CDU fez a leitura e apresentação de uma moção sobre este tema. -----

----- Fernando Ramalho, usou da palavra para criticar a atuação do Executivo Municipal em todo este processo, acusando-o de não se ter inteirado completamente do que foi feito em 2009, para proceder de igual forma em 2015 e talvez fosse possível manter a fábrica aberta pelo menos por mais alguns anos. -----

----- Fernanda Garnel, falou do encerramento da fábrica e do que tinha acontecido em 2009 e agora, uma vez que é uma das operárias despedidas, afirmando que os Executivos municipais fizeram o que estava ao seu alcance para que a fábrica se mantivesse aberta, só que desta vez, a Lactogal como acionista maioritário não estava interessada em manter a fábrica aberta. -----

----- Marco Silva disse que houvesse um bocadinho de bom senso na abordagem da discussão desta e das outras moções que estão para discutir e que se tenha em conta que hoje quase seis dezenas de famílias foram afetadas com o encerramento da fábrica e que muitos dos operários dada a sua idade já não vão arranjar outro emprego na vida. ---

----- Miguel Sá Pereira usou da palavra também para criticar a atuação do Executivo Municipal em todo este processo, acusando-o de não ter feito o suficiente, inclusivamente de não ter metido uma providência cautelar contra o encerramento da

fábrica, baseado no protocolo que tem estabelecido com a Renoldy, pois os terrenos onde a fábrica está instalada foram praticamente dados. Solicitou esclarecimentos mais precisos sobre o que foi feito pelo Executivo para evitar o encerramento daquela unidade fabril. -----

----- Fernanda Garnel disse que enquanto operária e delegada sindical solicitou várias vezes reuniões com a administração e nunca o conseguiu pois o administrador da fábrica quando ordenou o despedimento dos trabalhadores, apresentou também o seu pedido de demissão do cargo. -----

----- O sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, uma vez que a sua pessoa foi referida tanto na moção como também por deputados que intervieram na discussão. O Sr. Presidente da Câmara disse que embora não participasse na discussão da moção, estava inteiramente de acordo com o seu teor, que tinha tomado nota das questões colocadas e que a seu tempo responderia, uma vez que estavam mais moções subordinadas ao mesmo tema, ainda para discussão e aprovação. -----

----- A moção da CDU, sobre o fecho da Renoldy, foi aprovada com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), 4 abstenções, sendo 3 da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 1 da bancada do PS (Maria Margarida do Céu) e 2 votos contra da bancada do PS (Fernando Ramalho e Miguel Sá Pereira). -----

----- Com declarações de voto: Paulo Sardinheiro disse que se absteve na votação desta moção por entender que ela em nada contribui para o conforto dos trabalhadores despedidos e lamentou o despedimento da deputada Fernanda Garnel e do irmão do deputado Marco Silva. Fernando Ramalho disse que votou contra, porque laborou num erro e pensou que ao aprovar uma moção, as outras ficariam automaticamente reprovadas, o que não é assim e esclareceu que não lhe desagradou totalmente o teor da moção. Miguel Sá Pereira disse que votou contra, não pelo teor da moção, mas porque entende que não é desta maneira que se pode resolver um problema. O sr. Presidente da Assembleia Municipal diz que votou a favor, porque efetivamente os principais argumentos que ouviu contra a moção se debruçaram sobre o que aconteceu em 2009 e não podemos esquecer que daí para cá houve uma crise financeira na Europa, houve uma crise financeira em Portugal, houve um resgate do FMI e assistimos diariamente ao encerramento de muitas empresas, infelizmente algumas delas com

12/20

centenas de trabalhadores e acredita que foi feito o possível para que a fábrica não encerrasse. -----

----- Maria Gabriela Coutinho em representação do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) fez a leitura e apresentação de uma moção cujo tema foi também o encerramento da fábrica da Renoldy em Alpiarça. -----

----- Fernando Ramalho disse que não pode ajuizar se são verdadeiros os factos enumerados na moção, mas se o forem são bastante graves. Discordou do teor da moção dizendo que mais se assemelha a comunicado do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), do que uma moção para ser aprovada por uma assembleia municipal, disse que o Partido Socialista tudo fez para instalar cá as indústrias e que tem um gosto muito especial na sua implantação e que sente uma enorme derrota, frustração e tristeza com este encerramento da fábrica do leite e lembrou alguns episódios que se passaram nesta assembleia e no concelho aquando da aprovação da instalação da Renoldy e da Monliz para Alpiarça, considerando que o encerramento de fábricas é um retrocesso no desenvolvimento do concelho. -----

----- Miguel Sá Pereira disse fazer suas as palavras do seu colega deputado Fernando Ramalho e que não se esquece do trabalho que foi feito pelo Partido Socialista e diz admirar-se por não se ter ido mais longe, para evitar o encerramento desta unidade fabril e não ter mais havido por parte da Câmara e da CDU. -----

----- Júlio Pratas referiu que esta moção é uma não moção, é um programa de propaganda que tenta culpar o Executivo da CDU pelo encerramento da fábrica e que ninguém se pode apropriar da pena pelo seu encerramento. Foi particularmente duro com a referência aos sindicatos e aos sindicalistas, que considerou imbecil, salazarista, própria do antigo regime, e que resumiu como uma vergonha. -----

----- Maria Gabriela Coutinho disse que quem escreveu o parágrafo referido pelo deputado Júlio Pratas foi ela, que o fez convictamente, pois está convencida que há muitos sindicatos e muitos sindicalistas que não estão interessados em que haja um desfecho favorável nas negociações nas empresas e vê-se pelas suas expressões que ficam contentes quando as coisas correm mal, para de imediato fazerem manifestações para dizerem mal do Governo e de outras instituições. Não acredita que o Executivo CDU esteja contente com o que aconteceu, mas acredita que a CDU faz disto uma bandeira. --

----- O sr. Presidente da Câmara em relação a esta moção disse que os factos que aqui estão não correspondem à verdade. Referiu que no dia 27, encontrava-se no Congresso da Associação Nacional de Municípios, juntamente com o Vice-Presidente, o Presidente da Assembleia Municipal e a Presidente da Junta de Freguesia, em representação do Município, mas que no entanto o Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, que acompanhava toda a situação, recebeu os representantes da empresa na Câmara Municipal. -----

A moção da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) apresentada por Maria Gabriela Coutinho foi reprovada com 13 votos contra da totalidade das bancadas da CDU-(PCP/PEV) e do Partido Socialista e 3 votos a favor de toda a bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Com declarações de voto: Fernando Ramalho disse ter votado contra pelos mesmo motivos que votou contra a moção da CDU e que agora não fazia sentido mudar o seu sentido de voto, Miguel Sá Pereira disse que votou contra por não concordar com o teor da mesma e pelo juízo que é feito sobre os sindicatos, Fernando Louro, o Presidente da Assembleia Municipal disse que votou contra porque o texto da moção não estava de molde a poder ser votada como moção e que tinha tudo para ser rejeitada e que era mesmo o que a bancada que a apresentou pretendeu. -----

----- Marco Silva disse que votou contra esta moção por não concordar com o teor da moção, considerou-o extremamente ofensivo e se pudesse nem sequer teria votado. ----

----- Fernando Ramalho em representação do Partido Socialista fez a leitura e apresentação de uma moção sobre este tema. -----

----- Ana Paula Matias, disse que a CDU e o PCP nunca esteve nem está feliz e contente com o encerramento das fábricas, lutam sim para que as fábricas não fechem, mas também para que os seus trabalhadores mantenham as suas regalias que são coisas completamente diferentes. Frisou mais uma vez que têm encerrado por esse país fora milhares de fábricas e que os autarcas desses concelhos, que representam todo o espectro político também não devem estar felizes e contentes com o encerramento das fábricas e empresas, que não vê ninguém culpá-los por isso e que com certeza não são todos incompetentes e que não são as políticas do Poder Local que fazem encerrar fábricas. Disse que a CDU nunca esteve contra a fábrica, porque se estivesse tinha votado contra e absteve-se, não votou contra. -----

----- Paulo Sardinheiro disse que era importante não se repetir este distanciamento do Executivo ao tecido empresarial aqui, quando existiu uma situação em que

14/20

insistentemente se tentou durante todo o dia vinte e seis, chegar à fala com o Presidente da Câmara, que estava ausente na ANMP e não se conseguiu. Também se nota este distanciamento quando o presidente não soube sequer o valor da indemnização que a Renoldy terá de pagar à Câmara de Alpiarça, em caso de encerramento, que são 268.000 euros e a título de sugestão disse que seria interessante constituir um fundo de apoio às famílias dos despedidos e que a sua bancada votará favoravelmente esta moção. -----

----- Marco Silva disse que até parecia que o PS tinha grandes soluções muito avançadas para evitar o encerramento da fábrica, que estiveram aqui toda a noite a tentar explicar ao Sr. Presidente da Câmara o que havia de fazer para que a fábrica não fechasse e afinal chega-se à conclusão que as soluções apresentadas na moção do PS pouco diferem da moção da CDU e até os adjetivos são iguais. -----

----- Ana Paula Matias pediu certidões das declarações proferidas no debate das moções. O sr. Presidente da Assembleia Municipal informou a senhora deputada que posteriormente deve fazer um requerimento a especificar quais as declarações que pretende. -----

----- Fernanda Garnel informou que neste momento já não existem cotas leiteiras. -----

----- O sr. Presidente da Câmara disse que estava em grande medida de acordo com as palavras proferidas pelo deputado Fernando Ramalho, e disse que em sua opinião há ainda algumas possibilidades de recuperar o funcionamento da fábrica e haverá o máximo de cuidado e sentido de responsabilidade, daí que não entre em pormenores sobre tudo o que se está a fazer para tentar reatar o seu funcionamento. Considerou que o Partido Socialista tem estado a assumir uma atitude responsável sobre este assunto o mesmo já não acontecendo com o Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) que tem um discurso muito perigoso para a democracia. -----

----- Ana Paula Matias, pediu uma pequena alteração ao texto da moção, nomeadamente a retirada de referência a nomes de pessoas. -----

----- Bancada do PS Concordou com o pedido e disse não ter nada a objetar.-----

----- A moção da bancada do Partido Socialista apresentada por Fernando Ramalho foi aprovada por maioria com 14 votos a favor, 1 abstenção de Maria Gabriela Coutinho (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT) e uma ausência da sala de Fernanda Garnel (CDU-PCP/PEV). Fernanda Cardigo em declaração de voto disse que votou a favor desta moção por concordar com quase tudo o que nela está escrito, pena que dê a entender que só o

15/20

PS é que fez alguma coisa em 2009 para que a fábrica não encerrasse e que agora em 2015 o Executivo e a CDU não terão feito nada. Marco Silva disse que também votou favoravelmente pelos mesmos motivos da sua colega Fernanda Cardigo e lamentou que a moção da CDU tenha sido reprovada por alguns deputados, que agora aprovaram esta, quando as duas moções são muito idênticas.-----

----- **Ponto 4 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas do ano 2014.**

----- O sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu a discussão do ponto, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que se referiu à documentação que havia para apreciação e votação, passando de imediato a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos. ----

----- O Sr. Vereador Arraiolos cumprimentou os presentes, iniciando a sua intervenção dizendo que em Alpiarça há muita coisa na política que o deixa indignado e disse que essa questão o afeta profundamente em relação à forma como as questões são colocadas. Em relação à Prestação de Contas fez a apresentação do Relatório de Gestão em traços muito gerais, frisando que é importante salientar os aspetos mais significativos desta Prestação de Contas: 1.º - O cumprimento dos objetivos definidos no sentido da recuperação económico-financeira do município, de forma a que seja ultrapassada a grave situação de desequilíbrio estrutural verificada em 2009; 2.º - A diminuição da dívida global em cerca de 2,5 milhões de euros; 3.º - A preocupação de pagar atempadamente os compromissos assumidos, respeitando os nossos parceiros e contribuindo para o desenvolvimento da atividade económica geral; 4.º - Um grau de execução orçamental da receita de 84,8%, denotando o realismo colocado na elaboração dos documentos previsionais, e muito acima dos 60,8% de 2009 e por último e em 5.º - A redução da despesa corrente em relação a 2013. -----

----- Frisou que estamos no termo de um Quadro Comunitário de Apoio e no início de outro em que não há ainda muitas indefinições, e sem apoios comunitários a Câmara de Alpiarça não tem grandes hipóteses de lançar obras. Referiu-se depois a um conjunto de mapas explicativos de toda a atividade da autarquia e dos vários serviços. Informando para finalizar que vêm anexas também as contas da Agroalpiarça e o Relatório do ROC - Revisor Oficial de Contas.-----

----- Paulo Sardinheiro fez algumas considerações sobre o Relatório do ROC, considerando que está um trabalho imparcial e bem feito, contra aquilo que era esperado e colocou algumas questões sobre esse relatório. -----

----- Miguel Sá Pereira centrou a sua intervenção também no Relatório do ROC, opinando que a auditoria foi muito bem feita, considerou que o relatório está feito de maneira isenta, colocando também algumas questões sobre o mesmo. -----

----- Ana Paula Matias considerou que apesar de todas as dificuldades que se têm colocado à Câmara de Alpiarça, verifica-se que a Câmara continua a efetuar o seu trabalho e o seu apoio às populações, às famílias e às coletividades e ainda por cima continua na sua marcha contra a dívida, reduzindo-a já em boa percentagem. Felicitou o trabalho do ROC e regozijou-se pelo facto da própria oposição achar que a auditoria às contas da câmara foi feita de forma exemplar e isenta. -----

----- O Presidente da Câmara pelo facto da oposição reconhecer o trabalho válido e imparcial do ROC contratado pela câmara e lamentou que se estivesse uma hora e meia a discutir uma recomendação para que fosse feito um trabalho que já estava programado para ser executado e que agora não haja tempo para se fazer uma análise e apreciação mais cuidada das contas da câmara. Deu a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos para esclarecer as questões suscitadas. -----

----- O Sr. Vereador em causa disse que iria tentar responder às questões colocadas, informou que o empréstimo à Agroalpiarça foi concedido em 2006 e que só agora em 2014 está a ser feita a primeira auditoria, mas que tudo o que for detetado deverá ser corrigido, para uma boa harmonização das contas. Referiu que o Relatório é muito favorável à câmara em muitos aspetos e informou que relativamente às contas da Agroalpiarça, verifica-se que houve um ano com resultados negativos e dois anos com resultados positivos e tem um saldo positivo nestes últimos três anos. Relativamente aos seguros de bens disse que tem havido um substancial aumento de despesas com seguros de imobilizado o que prova que cada vez mais a câmara está atenta a esse problema e tens os seus bens segurados. Em relação ao POCAL ser de 2002 foi explicado pela Dr.ª Maria José Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que efetivamente foi só a partir de 2002 que as câmaras municipais foram obrigadas a ter o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais. Quanto aos ativos referiu que há muito património municipal por avaliar, que há muita dificuldade em avaliar esse património, inclusive o espólio da Casa Museu dos Patudos, cujo valor patrimonial não consta dos ativos municipais, mas que tem sido feito um enorme esforço para avaliar património público municipal, que já deu resultados e neste momento o património avaliado é cerca

17/20

de três vezes superior ao que acontecia anteriormente. Quanto à não constituição de provisões, opinou que a câmara não é uma empresa e que essa situação tem mais a ver com a obtenção de resultados, mas que paulatinamente essas situações terão de ser resolvidas. Sobre o empréstimo à Agroalpiarça informou que durante todos estes anos a verba cedida à Agroalpiarça tem sido considerada como empréstimo, mas a verba terá de ser considerada como aumento de capital da Câmara, na empresa, mais ano menos ano. Quanto ao desequilíbrio orçamental opinou que a receita corrente está equilibrada com a despesa corrente o que desequilibró o orçamento foi a amortização de empréstimos, que antes era considerada como despesa de capital quando agora é considerada uma despesa corrente. -----

----- O sr. Presidente da Assembleia Municipal pôs o ponto à votação, tendo sido aprovado com 11 votos a favor, 5 abstenções, sendo 3 de toda a bancada do PS e 2 da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), ou seja de Maria Gabriela Coutinho e Paulo Sardinheiro. -----

----- Ponto 5 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Municipais da LT_SRU na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT). -----

----- O sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que este ponto foi retirado a solicitação da Câmara Municipal, por haver a necessidade de aprofundar algumas questões ligadas à natureza das competências municipais em causa e deu por encerrado este período. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. João Céu, que fez uma referência à , segundo ele, falta de respeito que se passou na Assembleia Municipal, por parte dos principais intervenientes, depois falou sobre o Conselho Municipal de Segurança, que integra, e sobre o relatório apresentado pelo grupo de trabalho para a Segurança Rodoviária, e pretende saber se esse relatório já foi lido e se já foram implementadas algumas das medidas propostas. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Eduardo Costa, que falou sobre as descargas de resíduos poluentes na barragem. Mais uma vez atribui as possíveis culpas dessa poluição às Águas do Ribatejo. Tanto quanto sabe, é expressamente proibido a ligação de ramais de outra natureza a redes fluviométricas. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara quem autorizou a ligação desses ramais de limpeza dos filtros a uma rede fluviométrica. Também perguntou se foi a APA

18/20

quem autorizou essa descarga na barragem. Também referiu que as Águas do Ribatejo dizem que as análises efetuadas às águas que entram na barragem, são de perfeita normalidade. Quer saber o que se entende por perfeita normalidade. Queria ter acesso a essas análises e saber se elas foram realizadas nas devidas condições. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Vítor Cardoso, que falou do encerramento da fábrica do leite, e da tristeza que esse facto merece a todos nós. Considera sem sentido as acusações feitas ao executivo da Câmara Municipal. Lamenta, e sente-se ofendido, pelas acusações feitas aos Sindicatos e aos Sindicalistas. Considera que os Sindicatos, umas vezes com sucesso, outras sem sucesso, mas são um dos principais lutadores pelos direitos de todos os trabalhadores. Igualmente lamentou a atitude do Sr. Vereador Francisco Cunha, nos Águias, ao mandar retirar uma propaganda, de uma sessão de esclarecimento, por um especialista da Assembleia da República, a fim de falar e explicar sobre o encerramento da fábrica de leite, esclarecimentos que seria, de utilidade para todos os Alpiarçenses. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Henrique Arraiolos, que apresentou duas sugestões. A primeira era que as informações sobre a atividade da Câmara no período entre as Assembleias fosse divulgada publicamente, de maneira que todos os Alpiarçenses pudessem ter acesso a esse conhecimento e não apenas os eleitos. A segunda tem a ver com a inexatidão de muitas coisas que se dizem aqui na Assembleia Municipal, começando por elogiar a moção apresentada pelo deputado Fernando Ramalho, nomeadamente o rigor dos dados fornecidos, mas pelo contrário criticou aquilo que foi dito por outros deputados, que têm necessidade de ler os processos, para saberem do que estão a falar e assim não fazerem considerações de animo leve. Finalmente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que relativamente à questão do relatório, apresentada pelo Sr. João do Céu, o mesmo foi remetido para o vereador do pelouro para análise, até porque há sugestões que podem ser de imediato aplicadas e outras que necessitam de uma deliberação da Câmara Municipal. Respondendo ao Sr. Eduardo Costa, afirmou que nunca disse, nem poderia ter dito, que a APA autorizou descargas poluentes. Sobre o arsénio, o agrava-se à medida que as captações foram feitas em profundidade. Mas é um problema antigo, os níveis de arsénio estava abaixo do admissível legalmente, mas acontece que por disposição legal os níveis admissíveis foram alterados substancialmente e as águas de Alpiarça, como de muitos outros lados, ficaram em desconformidade legal. Isto no tempo da Câmara de mandato PS. A Câmara

procurou resolver o problema que não seria fácil, carecendo de algumas derrogações de prazo. O problema definitivo só foi resolvido pelo grande investimento das Águas do Ribatejo, através da estação de tratamentos das águas. Mais disse que o problema da barragem está perfeitamente identificado e existia mesmo antes da instalação da estação de tratamento. Perante uma insistência do Sr. Eduardo Costa, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara de Alpiarça e a empresa “Águas do Ribatejo”, agem em estrito cumprimento da lei e se o não fizer, voluntariamente ou por desconhecimento, existem entidades fiscalizadoras para o efeito. -----

----- Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Vereador Francisco Cunha, em defesa da honra. Que explicou a sua atitude nos Águias, pelo facto de ter sido o Sr. Presidente do Clube a proibir propaganda política nos Águias, relativamente à sua força política e garantiu que de futuro assim continuaria a ser. O Sr. Vítor Cardoso, em resposta, referiu que não era propaganda política e partidária. Era a divulgação de uma sessão de esclarecimento sobre o encerramento da fábrica do leite. Um problema que deveria interessar todos aqueles que se preocupam com o desemprego de tantos trabalhadores.

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eram três horas e quatro minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____